



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**ACTA N.º 5/2010**

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRA,  
REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO  
DE 2010: -----**

----- Aos vinte dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e dez, nesta Vila de Mira, na sala de reuniões dos Órgãos da Autarquia, edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Mira, em sessão ordinária, sob a presidência do Exmo. Sr. Prof. Doutor Fernando de Jesus Regateiro, secretariado pelo Exmo. Sr. Eng.º Calisto de Oliveira Coquim, 1.º Secretário. Estiveram, igualmente, presentes os deputados Exmos. Srs. Prof. Manuel José Sousa Santos Frade, Dr.ª Zélia Domingues Morais, Enf.ª Maria Leonor C. Reigota T. Borralho, Dr. Paulo Jorge Santos Grego, Dr. José Carlos Baptista Garrucho, Sr. Narciso Patrão António, Dr.ª Maria da Conceição Oliveira, Dr.ª Vera Lúcia de Jesus Manco, Sr. Pedro Nunes, Sr. Ricardo Jorge Mendes da Costa, Dr. José Manuel Fernandes Balugas, Dr.ª Ana Maria Barreto Dias, Sr. João Maria Nogueira, Sr.ª Sara Raquel dos Santos Fresco, Dr. Vitor Miguel Seabra Lourenço, Sr. António Cardoso Alberto, Sr. Carlos Alberto dos Santos Milheirão, Sr. Albano Manuel da Rocha Lourenço e Sr. Gabriel Pinho encontrando-se ausente o Dr. Juan António Figueiredo Apolinário e o Eng.º. Carlos Manuel Brites Monteiro. -----

----- **HORA DE ABERTURA:** Eram quinze horas quando foi declarada aberta a sessão, tendo sido verificadas as presenças e as ausências anteriormente referidas. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** começou por pedir que fosse recordado o **Sr. deputado Paulo Reigota**, com um minuto de silêncio, tendo proferido as seguintes palavras: *“Peço que neste minuto de silêncio, reflectíssemos sobre a volatilidade da vida, sobre a irracionalidade de muitas das nossas atitudes, de muitos dos nossos comportamentos. Da inutilidade de muitas das nossas guerras, que elegemos como todo o mundo à nossa volta, quando nada valem e que passemos a valorizar mais cada minuto da nossa vida e passemos a fazer mais com os minutos da nossa vida, para que ela se torne mais relevante em termos de contributo para a humanidade.”*-----

----- Seguiu-se, então, minuto de silêncio, em homenagem e memória ao Sr. deputado Paulo Reigota, tendo o mesmo sido cumprido por todos os presentes. No final registou-se uma salva de palmas.-----

-----Seguidamente, solicitou que no período “antes da ordem do dia” fossem integrados no plenário os dois novos deputados, um por substituição do Sr. deputado Paulo Reigota e o outro por substituição do Sr. deputado Vitor Barreira que teria renunciando ao cargo, passando a ler a carta endereçada pelo mesmo: -----

-----*“Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Mira, Dr. Fernando Regateiro.*

-----*Serve a presente para apresentar o meu pedido de renúncia ao cargo de deputado municipal. No último ano a minha situação profissional tem-se tornado cada vez mais complexa, não me permitindo contribuir para os assuntos do Concelho como eu desejaria. Assim, lamentavelmente não poderei continuar a desempenhar as funções de*



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*deputado municipal por motivos profissionais. Apraz-me realçar que o lugar de deputado municipal me permitiu viver a realidade do nosso Concelho de uma forma mais próxima e me deu oportunidade de ter um papel mais interveniente, factos pelos quais me sinto grato. Faço votos para que este pedido de renúncia receba aprovação por parte de vossa Excelência. Respeitosos cumprimentos. Victor Manuel de Jesus Barreira. Porto, 06 de Dezembro de 2010. ” -----*

-----Informou, seguidamente, que para substituição do lugar do Sr. deputado Paulo Manuel Reigota dos Santos, era proposto o Sr. Carlos Jorge dos Santos Nora. -----

-----Questionou a Assembleia se alguém teria alguma objecção respectivamente à substituição. -----

-----Seguidamente, informou que para a substituição do Sr. deputado Victor Barreira, na sequência da sua renúncia, era proposta a Sr.<sup>a</sup> Maria Fernanda da Costa Batista. Igualmente neste caso de substituição, questionou a Assembleia se havia alguma objecção à sua instalação como deputada municipal. -----

-----Sendo que ninguém contestou quanto à instalação dos novos deputados municipais, seguiu com os procedimentos normais para a instalação dos mesmos. -----

-----Após a assinatura e leitura do juramento pelos novos membros da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal solicitou que se procedesse à eleição do novo 2º secretário para a mesa da Assembleia Municipal. -----

-----Neste sentido, colocou à consideração da Assembleia Municipal se teriam alguma proposta para ocupar o lugar de 2º secretário. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Interveio o **Sr. deputado José Frade (PSD)** dizendo que tal como teriam feito no início da sessão da legislatura, colocavam novamente à consideração da bancada municipal do Partido Socialista, entregando na “mão” do referido grupo a nomeação, não tendo qualquer proposta para apresentar.-----

----- Usou da palavra o **Sr. deputado José Garrucho (MAR)** dizendo que, de facto, o que tinha sido dito na primeira Assembleia era que dado a dimensão do Grupo Municipal do Partido Socialista, lhes competiria propor os nomes para a direcção da mesa da Assembleia, entendendo que o Partido Socialista deveria suprir a vacatura. -----

-----Seguidamente, interveio a **Sr.ª deputada Leonor Borralho (PS)** propondo a colega de bancada D. Sara Raquel dos Santos Fresco para o lugar de 2º secretário da mesa. -----

-----Passou-se à votação, por escrutínio secreto, tendo o nome apresentado sido **aprovado por maioria**, com 20 votos a favor e 1 abstenção.-----

-----No sentido de proceder a esclarecimento adicional, o **Sr. deputado Coquim** informou que o Sr. Presidente da Câmara e Vice-Presidente, se iriam ausentar por alguns instantes, porque teriam de comparecer na festa de natal dos Idosos no Seixo, mas que retomariam à reunião da Assembleia mais tarde.-----

----- Nesse sentido, interveio o **Sr. deputado José Garrucho (MAR)** solicitando aos membros do Executivo que transmitissem um voto de boas festas aos idosos em nome da Assembleia Municipal, no que foi secundado pelos presentes.-----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** informou que a Junta de Freguesia do Seixo teria endereçado à Assembleia Municipal um cartão de Natal, agradecendo e retribuindo.-----

-----Igualmente, o Sr. Governador Civil de Coimbra, Dr. Henrique Lopes Fernandes, teria desejado boas festas à Assembleia Municipal. -----

-----Seguidamente usou da palavra o **Sr. deputado Gabriel Pinho (PSD)** começando por redimir e pedir desculpa por uma falha que teriam tido aquando da celebração dos 25 Anos da Freguesia. Explicou que a entrega das lembranças teria sido faseada, teria começado por homenagear primeiro os fundadores da Freguesia, aos quais se seguiram os eleitos e, posteriormente, seriam entregues as lembranças ao Sr. Presidente da Câmara e ao Sr. deputado da Assembleia da República. Informou que só quando terminaram é que perceberam que não tinham sido entregues as restantes lembranças e, nessa altura, o Sr. Presidente da Câmara já se teria ausentado. No entanto, tinha trazido para a Assembleia Municipal as respectivas lembranças, entregando-as ao Sr. Presidente da Câmara. -----

-----**APROVAÇÃO DA ACTA:** -----

----- O **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** prosseguiu os trabalhos, colocando à aprovação do plenário, a acta da sessão ordinária de 30 de Junho de 2010. -

-----Seguiu-se a intervenção do **Sr. deputado José Frade (PSD)** que começou por felicitar todos os presentes e deixando votos de boas festas a todos.-----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Relativamente à acta da Assembleia, sugeriu que na redacção da mesma se deixasse de usar as nomenclaturas de “Dr., Prof.” e se tratassem todos os deputados de uma forma uniforme e somente por “*deputado(a) municipal X*”. -----

----- Interveio o **Sr. deputado Coquim**, na qualidade de 1º secretário, informando que o ponto seria aceite pela mesa. -----

-----O **Sr. deputado José Frade (PSD)** continuou a sua intervenção reportando-se à acta, onde na pág. 2 na sua intervenção deveria ser rectificada a expressão: “*manifestou a sua discordância quanto à inserção dos três pontos*”, pois afirmou que só se tinha pronunciado quanto à “*execução dos dois primeiros*”. -----

-----Posteriormente os serviços de apoio à Assembleia Municipal foram ouvir novamente a gravação, confirmando-se o exposto pelo Sr. deputado José Frade.-----

-----Prosseguiu, dizendo que na pág. 3 onde consta “*o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Mira, Dr. João Reigota, informou que a reunião de Câmara realizada no dia 24 de Junho de 2010, apenas com a presença de um Vereador do PSD*” disse ter referido na Assembleia que não teria estado ninguém na reunião do dia 24, porque o Sr. Vereador do PSD teria abandonado a reunião e só teria estado presente em Julho, pedindo confirmação quanto a essa questão.-----

-----Igualmente neste ponto, os serviços de apoio à Assembleia Municipal ouviram a gravação, no sentido de esclarecer o proferido pelo Sr. deputado. Apurou-se que era verdade o que constava na acta, sendo que o Sr. Vereador Filipe Barreto, teria



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

abandonado a reunião e o que dizia em acta era referente à presença de um Vereador do PSD.-----

-----Na pág. 27, na 1ª linha, onde consta: “*demonstrou algum espanto e preocupação para com as posições tomadas pelos Srs. Presidentes das Juntas, alertando para o favorecimento da Câmara Municipal, para com algumas Juntas de Freguesia*”, afirmou que o que teria dito seria “*demonstrou algum espanto e preocupação para com as posições tomadas pelos Srs. Presidentes das Juntas do PS, alertando para o favorecimento da Câmara Municipal para com algumas Juntas de Freguesia*”, dizendo que o estava em acta não transmitia o pensamento do que teria sido dito. -----

-----Também este ponto foi ouvido novamente pelos serviços de apoio à Assembleia Municipal, confirmando-se que apenas se tinha referido à posição dos Presidentes da Junta do PS. -----

-----Na pág. 30 onde consta “O Sr. deputado Municipal Prof. José Frade (PSD) apresentou a seguinte declaração de voto: *O meu sentido de voto é muito claro (...)*”, o Sr. deputado disse que deve constar: “O Sr. deputado Municipal Prof. José Frade (PSD) apresentou a seguinte declaração de voto em nome da bancada municipal do Partido Social Democrata; o nosso sentido de voto é muito claro (...)”.-----

-----Procedeu-se à verificação deste ponto, ouvindo-se a gravação, confirmando-se a rectificação apresentada pelo Sr. deputado. -----

-----Seguiu-se o **Sr. deputado José Garrucho (MAR)** que começou por referir que, relativamente ao conteúdo da acta, só teria uma questão a colocar quanto à formulação



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dos pontos da “ordem de trabalhos”, pois aparece sistematicamente a palavra “aprovação”. Já teria alertado em anterior Assembleia para a referida questão, pois assim passava a ideia de que não faziam mais nada nas reuniões que não fosse “aprovar”. Opinou que a ordem de trabalhos deve ser para apresentação, discussão, debate e votação e não necessariamente aprovação. -----

-----O **Sr. Presidente da Assembleia** usou da palavra, aludindo-se ao exposto pelo Sr. deputado José Garrucho, dizendo que era mesmo assim que se formulava a “ordem de trabalhos”, que inclusive em outras legislaturas a questão já teria sido levantada, mas que não era decisão da Assembleia definir a respectiva terminologia. As ordens vinham da Assembleia da República. -----

-----Seguiu-se o **Sr. deputado Gabriel Pinho (PSD)** começando por dizer que na pág. 16, não constava a resposta que o Sr. Presidente da Câmara lhe teria dado. Afirmou que a verdadeira resposta teria sido a seguinte: *“Vocês são uns oportunistas, viram o livro do Seixo e toca a fazer um livro à pressa. Mas a obra do Seixo é uma grande obra, pois até fui eu que escrevi o prefácio”*, dizendo que pretendia que a verdadeira resposta constasse em acta. -----

-----Os serviços procederam novamente à audição da gravação, verificando que não se confirmava o exposto pelo Sr. deputado Gabriel Pinho, mantendo-se, portanto, o exarado na referida acta. -----

-----Disse ainda que, na pág. 19, na sua intervenção onde constava: *“Depois, interveio o Sr. Gabriel Pinho, Presidente da Junta de Freguesia dos Carapelhos, no uso do direito*





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*de resposta, remetendo-se à sua intervenção anterior, reiterou a sua indignação para com as atitudes do Sr. Presidente da Câmara”, afirmou não ter respondido como era apresentado, mas sim o seguinte: “a obra do Seixo realmente é uma grande obra, pois já li parte, agora há uma coisa que não lhe podemos dar, que é escrever o prefácio, pois delegamos no autor. O ser oportunista e escrever o livro é pena não corresponder à verdade pois este livro já anda a ser preparado há cerca de dois anos.”-----*

*----- De novo, os serviços procederam à audição da gravação, verificando que não se confirmava o exposto pelo Sr. deputado Gabriel Pinho, mantendo-se, novamente, o exarado na referida acta. -----*

*----- Na pág. 25 onde consta “... alertou para o recurso a POC’s para a realização de trabalhos da competência das Juntas. Mais informou, não ter recebido aprovação por parte da sua Assembleia de Junta, por ter assinado “carta em branco”, aguardando agora boas intenções.”, dizendo que aqui só bastava retirar o “não” e que o correcto seria: “Mais informou, ter recebido aprovação por parte da sua Assembleia de Junta, por ter assinado “carta em branco”, aguardando agora boas intenções.” Ainda na mesma frase, disse não se lembrar de ter “alertado para o recurso a POC’s”. -----*

*-----Os serviços de apoio à Assembleia Municipal foram igualmente verificar a gravação, constatando que se confirmava o exposto pelo Sr. deputado, uma vez que tinha afirmado ter recebido aprovação por parte da Assembleia de Freguesia, no tocante ao protocolo de delegação de competências.-----*



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Seguidamente, usou da palavra o **Sr. deputado Albano Lourenço** alertando para o facto de o seu nome não constar na lista das presenças, apesar de ter estado presente. ---

----- Interveio o **Sr. deputado Ricardo Costa (PSD)** dizendo o que se transcreve seguidamente: *“Relativamente ao alcatrão na estrada, requereu esclarecimentos quanto ao facto de ter sido colocada apenas uma camada, aludindo para o estado das bermas da EN 109”,* que constava em acta, não correspondia totalmente à verdade, pois não se teria referido “apenas a uma camada de alcatrão”.-----

-----Posta a acta à votação, a mesma foi **aprovada por maioria, com 2 abstenções**. ----

----- **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”**:-----

-----Interveio o **Sr. deputado Gabriel Pinho (PSD)** dirigindo-se ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, dizendo que como presidente do órgão máximo do Concelho, fazia dele uma pessoa muito mais rigorosa. Mas afirmou que quando ele se *“queixa nesta assembleia de falta de resposta aos ofícios do Sr. Presidente e desta Câmara que têm sido tantos, nunca vi o Sr. intervir, dizendo: “Vou tentar que isso seja cumprido””*. No entanto, considerou que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal lhe daria razão, no sentido de mandar duas cartas, uma do dia 27 de Setembro e outra do dia 5 de Novembro, ambas de 2010, a pedir precisamente cópia da acta. Disse ter recebido uma carta do Sr. Presidente da Câmara, datada de 27 de Novembro de 2010, que passou a ler: *“Na sequência do pedido de V/ Ex., datado de 27 de Novembro, do envio da acta da Sessão Municipal de 30 de Junho de 2010. Somos a informar que a referida acta será*



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*aprovada na próxima sessão de Assembleia Municipal, no dia 21/12/2010. Assim, após a sua aprovação esta acta ser-lhe-á, entregue.”*-----

-----Feita a leitura da carta, disse que a resposta, não era ao Sr. Presidente da Câmara que competia, mas sim ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Depois, disse ainda que a acta estava aprovada em minuta e, se estava aprovada em minuta para ter validade para outras coisas, também tinha para lhe dar resposta. -----

-----Ainda quis deixar mais um reparo, pois considera que a Junta de Freguesia dos Carapelhos continua a ser discriminada, dado que houve a realização do jantar de Natal da Câmara Municipal de Mira e a Junta de Freguesia dos Carapelhos não foi convidada.

-----Seguiu-se a intervenção da **Sr.<sup>a</sup> deputada Leonor Borralho (PS)** dizendo estar satisfeita com o facto de já terem começado as obras do Clube Náutico. No entanto, questionou quanto ao arranjo das zonas circundantes, se iriam ser alvo de arranjo ou se iriam manter-se. -----

-----De seguida, a **Sr.<sup>a</sup> deputada Vera Manco (PS)**, reportando-se à visita dos deputados do PSD da Assembleia da República eleitos pelo círculo de Coimbra que teriam visitado o Concelho de Mira, no passado 29 de Novembro de 2010, sendo recebidos pelo Sr. Presidente da Câmara. Interrogou quais os assuntos que teriam sido tratados, em benefício do Concelho. Ainda, e quanto à visita dos Srs. deputados do PSD, disse saber que os mesmos tinham visitado algumas instituições do Concelho, nomeadamente o Agrupamento de Escolas de Mira. Nesse sentido, questionou se essa visita era indicadora de algum tipo de problema no Agrupamento. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Foi cedida a palavra, seguidamente, ao **Sr. deputado Pedro Nunes (PSD)** que solicitou um ponto de situação quanto à Videira Norte.-----

-----Interveio o **Sr. deputado José Garrucho (MAR)** que pediu esclarecimentos quanto ao desenvolvimento do processo da Zona Industrial Pólo II, levantando a questão relacionada com as infra-estruturas, pois disse não se perceber se as infra-estruturas eléctricas estavam feitas, considerando uma iluminação pública escassa, parecia não haver uma distribuição de rede de potência para os lotes, assim como não se percebia onde estavam as infra-estruturas das telecomunicações. -----

-----Afirmou ainda que se percebia que havia uma rede eléctrica provisória para abastecer um dos lotes onde está uma empresa. Disse que o abastecimento de energia para a empresa era feito por via aérea, o que pressupunha que as infra-estruturas não tinham sido feitas. O pedido de esclarecimento que colocou foi relativamente ao processo que teria sido lá usado, uma vez que sendo provisório, se teria sido por ajuste directo, por concurso, etc.-----

----- Considerou ser importante “espevitir” o empreendedorismo do Concelho, salientando que duas empresas do Concelho teriam recebido um prémio de qualidade, deixando-os muito satisfeitos. -----

-----Expressou ainda, em nome do grupo municipal do MAR, ficar satisfeito se o empreendedorismo local tivesse apoio e fosse desenvolvido. -----

----- Expos ainda mais três questões, nomeadamente quanto ao saneamento no sul do Concelho (em Carromeu), uma vez que não compreendia o que lá se passava, pois as



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

obras apresentavam um funcionamento intermitente. Quanto à limpeza do Concelho, disse que o lixo continuava a ser colocado em vazadouros ilegais e não estava feito o centro de triagem municipal. Disse ser importante, e mesmo que provisório (referindo-se inclusive à antiga ETAR da Lagoa) que houvesse sítio para colocar os metais, papéis, etc. -----

----- No sentido de responder às questões levantadas pelos Srs. deputados, usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara**, que começou por se reportar à intervenção do Sr. deputado José Frade. Solicitou que fossem verificadas as questões levantadas pelo Sr. deputado, pois eram questões que requeriam algum rigor. -----

----- Quanto às terminologias da lei levantadas pelo Sr. deputado José Garrucho, concordou e, inclusive, já teria colocado essa mesma questão aos serviços jurídicos do Município, mas segundo lhe teria sido informado, era correcta a forma como se apresentava a ordem de trabalhos. -----

----- Disse não concordar com algumas questões/propostas para correcções que teriam sido colocadas quanto à acta. Lamentava o mesmo e que aquilo que realmente poderia transparecer pela verdade era ouvir a gravação e escrever o que constava da mesma. ----

----- Considerou que as sugestões levantadas pelo Sr. deputado Gabriel Pinho sobre questões de oportunismo, fora do contexto e da forma como disse, até eram questões ofensivas. Prosseguiu, dizendo que, relativamente aos convites para o jantar de Natal, as orientações que ele e o Executivo teriam dado é que fossem todos convidados, e se houvesse falhas havia que emendá-las pois não queria discriminar ninguém. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Quanto à intervenção da Sr.<sup>a</sup> deputada Leonor Borralho, explicou que a obra do Clube Náutico os orgulhava e que o projecto era muito interessante. Mais informou que o programa POLIS iria intervir em toda a zona envolvente.-----

-----Relativamente à questão levantada pelo Sr. deputado Pedro Nunes, disse que, infelizmente, devido a questões e mudanças jurídicas, a Videira Norte continuava num impasse jurídico. -----

-----Quanto à questão levantada pela Sr.<sup>a</sup> deputada Vera Manco, o Sr. Presidente da Câmara informou que teriam conversado acerca de muitos assuntos do Concelho, nomeadamente acerca da Barrinha, do IC12, etc. -----

-----Para responder à intervenção do Sr. deputado José Garrucho, usou da palavra o **Sr. Vereador Miguel Grego**, que começou por lamentar que as pessoas tenham voltado a depositar lixo nos espaços que teriam ficado limpos aquando do “Projecto Limpar Portugal”. Informou ainda, que uma das intervenções da Câmara passava pelo pedido de fiscalização ao SEPNA, que tem feito um bom trabalho. Relativamente ao centro de triagem, informou que não podiam fazer centrais provisórias, essa questão não é sequer prevista na lei. Mas disse que no início do ano iria sair legislação que contemplava a abertura para se fazer pontos intermédios de entrega. Informou que estavam abertos a fazer os referidos pontos de entrega, para depois serem despachados para empresas da especialidade. Explicou ainda que o Concelho de Mira não tem dimensão para ter um Centro de Triagem. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Quanto à questão levantada acerca da Zona Industrial Pólo II, explicou que as instalações eléctricas estavam feitas para uso comum. A empreitada apresentava problemas, não vinha a ser cumprindo o contrato, já lhe teria sido aplicado a segunda fase. É um projecto financiado pelo QREN, tinham um prazo muito curto para terminar a empreitada, no máximo 24 meses. Informou ainda que teriam sido roubados mais de 70 mil euros de material, que veio agudizar muito as dificuldades. -----

----- Comunicou também que já tinha sido adjudicado e estava em curso a obra da terceira fase, que é a ampliação do Pólo II. Disse também que havia várias empresas com o processo de obras concluído, que ainda não estavam levantadas pelo facto de não terem a iluminação definitiva lá colocada. Fazendo o ponto de situação, informou que havia 4 empresas com obras iniciadas, outras com o processo de alvará e licenciamento para iniciar obras e os restantes lotes estavam praticamente todos entregues. Explicou que não teriam sido entregues os lotes da ampliação, pois era necessário que as obras estivessem executadas, porque senão tinham um prazo muito curto (6 meses) para iniciar a obra e depois teriam de estar a prorrogar o prazo para eles implementarem.-----

----- Com toda a frontalidade, assumiu que obviamente por responsabilidade da câmara, estavam a prorrogar os prazos às empresas, porque as mesmas não têm as condições, nomeadamente luz eléctrica definitiva, para fazer obras. Disse que a Câmara assumia esse ónus, sendo certo que isso dependia de um concurso. -----

----- Explicou que o processo de saneamento estava a decorrer, que teria efectivamente havido uma paragem da empresa, a mesma teria procedido ao pagamento das multas



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pelo não cumprimento dos prazos e pelo abandono da obra. Informou que teriam feito uma reunião com a empresa, onde teriam prorrogado o prazo e agora a empresa estava em actividade plena. -----

-----Seguiu-se o Sr. **deputado Gabriel Pinho**, lamentando a ausência do Sr. Presidente por ter ido à festa de Natal dos idosos, pois considerou que quando o mesmo se reportou à sua intervenção teria feito insinuações. Explicou que teria tido o cuidado de ter escrito uma carta com o que teria dito e com a resposta. Teria enviado ao Sr. Presidente. Portanto disse que queria e pedia que isso constasse em acta. -----

-----Usou da palavra o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, explicando que quando o mesmo propunha a aprovação da acta com as alterações, isso não implicava que a Sr.<sup>a</sup> secretária não procedesse à correcção da acta, em função do que estava gravado e só perante isso é que era válida a gravação. Disse ainda que, o que contava era o que estava na fita magnética e não o que estava na referida carta. Ainda considerou que quem escreve uma acta pode valorizar ou desvalorizar mais um ou outro ponto, passar à frente ou pode sintetizar, mas que quando propõem à Assembleia não é um “cheque em branco” em relação à acta, mas sim um “cheque em branco” em relação à reprodução desses pontos para a acta, que estão na gravação. -----

-----Interveio seguidamente o **Sr. Vereador Miguel Grego**, e em nome do Sr. Presidente da Câmara, que o que o mesmo teria dito e solicitava à Assembleia era que ficasse claramente plasmado aquilo que teria sido dito na Assembleia e não aquilo que





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

teria sido escrito *a posteriori* nessa carta ou aquilo que hoje era dito pelo Sr. deputado Gabriel Pinho. -----

-----A **Sr.ª deputada Fernanda Baptista (PS)** usou da palavra, começando por referir que teria tomado posse naquele dia, que ainda não estaria por dentro de todas as situações. Questionou o Executivo quanto ao motivo de não se ter feito o Mercado de Natal. Referiu-se também à festa de Natal que se teria realizado no dia 12 de Dezembro de 2010 na Casa de Povo feita pelos elementos da Filarmónica Ressurreição de Mira, cuja festa era para todas as crianças do Concelho. Questionou se a Câmara não teria entregue o programa das festas às escolas para ser remetido aos pais ou se teria sido uma lacuna do Agrupamento das Escolas de Mira, pois não teria visto crianças nenhuma das que andam na escola na referida festa. -----

-----Seguiu-se o **Sr. deputado José Frade (PSD)**, pedindo esclarecimentos acerca da Videira Sul. Questionou também se confirmavam se teria sido a própria Autarquia, no ano transacto, que teria procedido a todos os “arruamentos e aberturas” e qual seria o seu destino. -----

-----Interveio seguidamente a **Sr.ª deputada Conceição Oliveira (PSD)** que, relativamente ao espaço contíguo ao largo da feira de Mira, questionou se haveria algum projecto para a requalificação do espaço e se o mesmo existisse se estava prevista a sua execução para breve ou não. -----

-----O **Sr. deputado João Nogueira (PS)** usou da palavra, começando por dizer que em Assembleia anterior um Sr. deputado teria falado, algo discordante, sobre o parque



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

infantil na Praia de Mira, questionando o Executivo se o mesmo teria tomado qualquer iniciativa atendendo às declarações do Sr. deputado em Assembleia. -----

-----Autorizado a intervir, o **Sr. deputado José Balugas (MAR)** começou por se congratular com o arranque das obras no Clube Náutico. Propôs que deveriam ser prestadas mais que meras palavras em homenagem ao Sr. deputado Paulo Reigota, pois era um grande Homem, daí que sugeriu, e também na qualidade de presidente da assembleia-geral do Clube Náutico, que a obra tivesse o nome do Sr. Paulo Reigota. ----

----- Seguiu-se o **Sr. deputado Narciso Patrão (PS)**, dizendo que muitas das coisas que se passam em Assembleia o “chocam”. Considerou que as Assembleias estavam tornadas num “muro de lamentações”, pois cada um “puxava a brasa à sua sardinha” e esqueciam-se do todo. Disse que queixas todos teriam o direito de fazer e ele próprio o fazia, mas afirmou que nas Assembleias eram apresentadas muitas críticas só pelo prazer de criticar e dizer mal, de quem podia ter resolvido e não resolveu. Afirmou com veemência que cada um por si tem que ajudar a resolver os problemas do Concelho, não estando à espera sempre que sejam os outros a resolver tudo. -----

-----Disse que a população teria que ser mobilizada para ajudar e que quem estava mais próximo tinha que ajudar nessa mobilização. -----

-----Usou da palavra seguidamente o **Sr. deputado Albano Lourenço (PSD)**, para agradecer à Câmara Municipal todo o apoio que teria sido prestado nas várias iniciativas das comemorações dos 25 anos da Freguesia do Seixo. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----No sentido de responder às questões dos Srs. deputados, em representação do Executivo, usou da palavra o **Sr. Vereador Miguel Grego**.-----

-----Começou a sua intervenção reportando-se às questões levantadas pela Sr.<sup>a</sup> deputada Fernanda Baptista. Explicou que a decisão de não fazer o mercado de Natal tinha sido das associações que usualmente participavam no referido evento, pois consideraram ser muito frio, as pessoas estavam pouco tempo, etc. No entanto, afirmou que as associações, em contrapartida, teriam sugerido fazer um “Mercado Primavera”, realizado já num período mais aprazível.-----

-----Relativamente à festa de Natal da escola, disse ter sido também para ele, uma surpresa, que a Câmara teria feito uma divulgação pessoal, teria sido entregue um *flyer* a cada aluno dos jardins-de-infância e primeiro ciclo, assim como cartazes nas escolas do segundo e terceiro ciclos e secundário, assim como também os directores de turma teriam sido informados.-----

-----No respeitante às intervenções do Sr. deputado José Frade, informou que na Videira Sul a fiscalização estaria a actuar, a levantar os devidos autos. Quanto aos arruamentos explicou que eram públicos, feitos em espaços públicos para servir o que era do município, tanto que naquele mesmo espaço, a câmara estaria a planear com o Touring a instalação do seu novo campo, que iria avançar a curto prazo.-----

-----Relativamente à intervenção da Sr.<sup>a</sup> deputada Conceição Oliveira, considerou que o referido espaço era um grande problema. Informou que a Câmara tinha para aquele espaço dois projectos, o primeiro e que está no QREN a sua contratualização era o



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

espaço “Ciência Viva”. O segundo projecto que era compatível com o mesmo, é a mudança da central de Transportes de Passageiros, mas para quando não lhe sabia dizer.

-----Reportando-se posteriormente à intervenção do Sr. deputado João Nogueira, informou que relativamente ao Parque infantil da Praia de Mira, a ASAE teria dado razão à Câmara e, ao contrário do que se teria dito em anterior Assembleia por um deputado, o Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra teria igualmente dado razão à Câmara. Disse que gostaria que todos tivessem conhecimento do email com o acórdão do Sr. Procurador a dar razão à Câmara e a arquivar o processo liminarmente, tal como de centenas de PDF insultuosos relativamente à capacidade técnica dos funcionários da Câmara e à irresponsabilidade do Executivo Municipal. Reafirmou que o Parque Infantil da Praia de Mira cumpria toda a legislação, a Câmara teria acautelado tudo o que era devido de acordo com a lei.-----

-----Seguiu a sua intervenção, reportando-se ao Sr. deputado José Balugas, dizendo ter-se “arrepido” quando o mesmo sugeriu dar o nome do Sr. deputado Paulo Reigota ao hangar, dizendo ser mais que merecido. No entanto, disse não poder responder, pois a Câmara Municipal não tinha o hábito de dar nomes de pessoas a edifícios Municipais, mas considerou ser um assunto, que tanto a Assembleia Municipal como o Executivo, iriam ter em devida conta. -----

-----Salientou que as obras do Clube Náutico tinham começado com muito atraso e as mesmas estavam financiadas pelo QREN, não podendo deixar de lamentar que, ainda



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mal as obras tinham iniciado, já a Autoridade Nacional da Florestas tinha ligado a informar que já havia uma queixa. -----

-----Relativamente ao Sr. deputado Albano Lourenço, disse que o apoio da Câmara era o apoio singelo e possível. -----

-----Por fim reportou-se ao Sr. Narciso Patrão dizendo que o Executivo sentia o dito “muro das lamentações” diariamente. As pessoas dizem que está mal mas não havia intenção de dar propostas de solução. -----

**-----PERÍODO DA “ORDEM DO DIA” -----**

**-----PONTO UM: Instalação de novos deputados, nos termos do previsto do art.º47.º conjugado com o art.º 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção.-----**

-----O ponto em questão já foi tratado no início dos trabalhos, para que os novos deputados integrassem o plenário e participassem nos trabalhos desde o começo, conforme descrito no texto acima exarado. -----

**----- PONTO DOIS: “Apreciação do relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea e) do n.º 1, do art.º 53. da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro”. -----**

----- O **Sr. Vereador Miguel Grego** fez a apresentação do documento em apreço, dizendo que o mesmo se reportava ao dia 2 do mês de Dezembro de 2010 e que alguns dos indicadores tinham entretanto mudado, por isso, pese embora, as taxas de execução



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estivessem em cerca de 66%, era previsível que até ao final do ano ainda se conseguissem elevar as mesmas um pouco mais, dizendo ainda que eram taxas de execução bastante boas. Explicou que, no respeitante à análise estrutural da despesa, era referida uma taxa de execução de cerca de 70% com pessoal, comprovativa de que a verba orçada não era obrigatoriamente a verba que iria ser gasta, mas sim o que correspondia ao constante no Mapa de Pessoal. Quanto às receitas, disse que existia sempre a possibilidade de uma grande margem de flutuação, como era o caso dos impostos directos (IMI, IMT, etc.) em que a taxa de execução era um pouco abaixo, porquanto havia impostos que não entravam nos cofres do Município, fruto da crise generalizada que se reflectia, em muito, nas finanças da Autarquia. Referiu-se ao endividamento, chamando a atenção para o facto de ter havido uma capacidade assinalável por parte da Câmara Municipal em reduzir o endividamento a curto prazo e também ao facto do QREN ter atrasado os pagamentos, assim como também se reportou ao abaixamento da dívida a médio e longo prazo em cerca de 400.000 € desde há cerca de um ano, o que significava um grande esforço feito pela Autarquia, tal como um valor de cerca de 600.000€ a menos de dívidas, revelando o esforço enorme que tem sido feito.-----

-----O deputado **José Frade (PSD)** interveio para felicitar a explicação dada em defesa do relatório apresentado, o que nem sempre era hábito. Disse que era um relatório optimista e chamou a atenção para a taxa de execução de 4,2% na área de acção social, reafirmando o que tinha sido dito ao longo do ano de 2010, continuando a achar



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

preocupante o montante das dívidas a curto prazo, embora se registasse alguma diminuição, sendo também preocupantes os valores dos factorings que têm vindo a crescer ao longo dos tempos. Quanto às actividades, disse que registava algumas interessantes ao nível da educação, do turismo, desporto e lazer, etc. evidenciadas no documento, mas achava que era importante, independentemente das pessoas terem ou não disponibilidade para estarem presentes, que as mesmas fossem divulgadas, pese embora as mesmas fossem divulgadas através do portal do Município. Ainda assim, entendia que os membros da Assembleia Municipal mereciam outro tipo de contacto e de informação relativamente a algumas das actividades desenvolvidas e, por vezes, não estavam presentes por não terem conhecimento da sua realização.-----

-----Por fim, perguntou se existia algum problema com a empresa à qual tinham sido adjudicadas as actividades de enriquecimento curricular, designadamente o Instituto de Artes Musicais de Mangualde. -----

-----O **Sr. Vereador Miguel Grego** respondeu que não existia qualquer problema com o referido contrato, que o mesmo decorria de um concurso público e a empresa estava obrigada a cumprir escrupulosamente o que estava estipulado nas cláusulas contratuais.

-----Mais disse que as AEC's faziam, actualmente, parte da realidade das escolas diariamente, pese embora se gostasse ou não. Disse que, uma vez que as actividades decorriam das 3:30h às 5:30h, como estava estipulado, não havia possibilidade de se conseguirem fazer horários superiores a nove horas para os professores. Assim, os professores contratados, se tivessem melhores opções, obviamente, preferiam ir embora



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para outros lugares com melhores horários. Disse que tinha sido solicitado ao Agrupamento de Escolas uma pequena flexibilização de horários que permitisse ter melhores horários para os professores das AEC's, não prejudicando as actividades lectivas normais da escola mas, infelizmente, tinha sido criado um grande burburinho, com alguns pais e professores certamente desinformados, tendo-se boicotado aquela iniciativa e, depois de uma semana sem se poder dar início às actividades de enriquecimento curricular, tinham sido refeitos todos os horários, passando novamente a ser cumprido o horário das 15:30h às 17:30h. No que respeita à relação da empresa com os professores contratados, disse que era uma relação laboral que só a ambos dizia respeito, sabendo a Câmara Municipal que os mesmos estavam devidamente habilitados, facto verificado pelos serviços competentes da DREC, cabendo à Câmara Municipal verificar se os pagamentos devidos eram efectuados de acordo com a respectiva Portaria. Por fim, disse que também ele gostaria que os professores das AEC's tivessem melhores condições, no entanto isso não era problema da empresa mas sim do sistema implementado em Mira, que não dava azo a nenhuma flexibilidade, sendo inviável conseguir mais do que nove horas de trabalho. -----





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **PONTO TRÊS: “Aprovação, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 2, do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, da alteração ao Regimento da Assembleia Municipal de Mira.”**-----

----- Neste momento, ausentou-se o sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Prof. Doutor Fernando Regateiro, tendo a todos desejado um Bom Natal e Bom Ano de 2011.

-----Os trabalhos prosseguiram, tendo sido conduzidos pelo 1.º. Secretário da Mesa, Eng.º. Calisto Coquim.-----

-----Relativamente ao ponto em discussão, disse que o trabalho da Comissão Permanente tinha sido de elogiar, todos os elementos tinham desenvolvido as suas tarefas de forma exemplar e construtiva, tendo a discussão sido aberta, sem qualquer posição de superioridade, face à representatividade de cada grupo na Assembleia Municipal, tendo-se chegado a uma posição unânime, traduzida na proposta apresentada para discussão do plenário e para votação. -----

-----O deputado **Pedro Nunes (PSD)** interveio na qualidade de membro da Comissão Permanente e, dando sequência ao proferido pelo sr. Eng.º. Coquim, disse que tinha sido um trabalho exaustivo, tendo analisado ponto por ponto e limadas, consensualmente, algumas das discrepâncias existentes. Realçou ainda a colaboração prestada pela Jurista da Câmara Municipal, Dr.ª. Carmen e afirmou que o trabalho estava bem alinhado e pronto para aprovação. -----

-----Igualmente, o deputado **José Balugas (MAR)**, em seu nome pessoal e também na qualidade de elemento do grupo MAR, congratulou-se e sublinhou a forma elevada,



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

construtiva e empenhada com que a Comissão se tinha debruçado sobre aquele trabalho. Disse que sentiu lealdade da parte de todos os membros da Comissão Permanente, porquanto não se tinha trabalhado de forma partidária mas antes de forma construtiva, tentando fazer o que melhor serviria aquele Órgão. -----

-----Também o deputado **João Nogueira (PS)** usou da palavra e disse que lhe aprazia registar que tinha sido um trabalho feito com espírito de equipa, com muita lealdade e um trabalho construtivo que tinha corrido da melhor maneira. -----

-----O deputado **José Frade (PSD)** também se congratulou pelo trabalho final, dizendo que a bancada do PSD se revia quase na totalidade das propostas apresentadas e o documento iria merecer a aprovação por parte da sua bancada. Todavia, disse que gostaria ainda de salientar alguns pontos que não tinham merecido o acolhimento da Comissão Permanente e que entendia que mereciam alguma reflexão. Assim, reportou-se ao nº. 3 do artº. 14º. alertando para a necessidade de uma correcção, em vez de “nas suas falta”, devia constar “nas suas faltas” e pediu que fosse feita uma reflexão quanto à opção de manter o artigo 34º. nºs. 6 e 7, designadamente no tocante a documentos confidenciais. -----

-----O deputado **José Garrucho (MAR)** interveio, começando por enaltecer o trabalho feito pelos membros da Comissão Permanente. Disse, depois, que o Regimento era um documento deveras importante, um instrumento de trabalho precioso, porquanto regulamentava a forma como devia funcionar o Órgão, no entanto, não era um documento definitivo, embora o pudesse ser temporariamente. Disse que estava atento



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ao que o deputado José Frade tinha dito e relativamente à confidencialidade da documentação, entendia que ela seria sempre justificada e, presidindo o bom-senso, tudo se resolveria; que, como deputado do MAR, o partido com menor representatividade na Assembleia Municipal, gostaria de ver outras alterações no Regimento, tais como, mais tempo de intervenção para o seu grupo, no entanto, acreditava que, os demais grupos, no caso de não esgotarem o tempo que lhes era permitido para intervenção, certamente cederiam ao MAR o tempo sobran­te, para que este manifestasse as suas opiniões. Mais disse que era importante que todos se ouvissem naquilo que era essencial, assim como a Comissão Permanente tinha dado provas de se terem ouvido mutuamente, sendo importante que se tirassem as conclusões certas do trabalho feito e era naqueles momentos em que se faziam trabalhos conjuntos, em que se firmavam acordos, que se cimentava a solidariedade que estava para além das convicções partidárias de cada um e dos pontos de vista que se tinha sobre a sociedade; que, nem sempre era possível existir um acerto permanente acerca de todas as coisas e ainda bem que havia divergências, mas ninguém se podia esquecer do que era essencial e pensava que aquilo tinha ali ficado espelhado no documento proposto e por isso só lhe restava dar os parabéns à Comissão Permanente e também dizer que estavam disponíveis para votarem favoravelmente. -----

-----Quanto à questão dos documentos de carácter confidencial, o 1º. Secretário da Mesa **Calisto Coquim (PS)** disse que a questão não tinha sido inventada, tinha sido retirada de outros regimentos existentes, tendo sido considerado que era necessário que



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

constasse para prevenir a existência de algum documento com esse carácter, todavia, o bom-senso deveria sempre prevalecer. Mais disse que, no caso do deputado José Frade pretender que fosse feita alteração à redacção do artigo em questão, deveria apresentar essa proposta por escrito para ser votada, caso contrário, não existindo nenhuma proposta alternativa, colocaria o documento à votação. -----

-----O deputado **José Frade (PSD)** disse que entendia perfeitamente a intenção da confidencialidade, a sua questão era que poderiam ser dali extrapoladas outras questões e chamou, de novo, a atenção para a redacção dos pontos 6 e 7 já referidos, no tocante a documentos de carácter deliberativo e outros, pois entendia que existia alguma contradição com os prazos estabelecidos de cinco e oito dias. -----

-----O 1º. Secretário **Calisto Coquim (PS)** disse que esse assunto tinha sido amplamente discutido pela Comissão, tendo ficado claro que os documentos que acompanham a convocatória devem ser remetidos com um prazo de antecedência de 8 dias e os restantes deverão estar disponíveis na plataforma “Arquivo”, no prazo de 5 dias. -----

-----Seguidamente, colocou o assunto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**. -----

-----**PONTO QUATRO: Aprovação, nos termos do disposto na alínea m) do n.º 2, do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, da alteração da sede da Associação Incubadora da Beira Atlântico Parque Mira.** -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Usou da palavra o **Sr. Vereador Miguel Grego**, em representação do Executivo, explicando que a AIBAP passava a ter a sua sede social em Mira, dado que era também em Mira que tinha o seu edifício e único património e não em Cantanhede como estava na escritura inicial. Além disso a Câmara Municipal de Mira era a accionista maioritária dessa Associação. -----

-----Seguidamente, interveio o **Sr. deputado José Frade (PSD)** questionando qual a situação actual da administração da AIBAP, nomeadamente quem eram os órgãos sociais. -----

-----No sentido de responder ao Sr. deputado José Frade, usou da palavra o **Sr. Vereador Miguel Grego** e explicou que do Conselho de Administração, o Presidente era ele próprio e que faziam parte da Administração a Sr.<sup>a</sup> Vereadora Sandra Pereira e a Dr.<sup>a</sup> Carmen Santos. Da Assembleia Geral faziam parte o Dr. Licínio Palhavã, como presidente, o Dr. João Moura em representação da ABAP e o Dr. Carlos Pascoal Neto em representação da Universidade de Aveiro. No Conselho Fiscal estavam o Dr. Ângelo Lopes, a Dr.<sup>a</sup> Liliana Cruz e o Eng.º Rui Silva.-----

-----Não tendo havido mais intervenções, o primeiro secretário da Assembleia Municipal submeteu o assunto a votação tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**. -----

-----**PONTO CINCO: Aprovação, nos termos do disposto, do n.º 2, do art.º 12.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, conjugado com o disposto na alínea h) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro na redacção dada pela Lei n.º 5-**



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**A/2002 de 11 de Janeiro, da isenção total do Imposto Municipal de Imóveis (IMI) e a Isenção Total do Imposto sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT), à Associação Incubadora do Beira Atlântico Parque.**-----

-----Interveio o **Sr. Vereador Miguel Grego**, explicando que o que solicitavam no referido ponto, era reconhecer na AIBAP suficiente mérito para que lhe pudesse ser concedida a isenção dos referidos impostos.-----

----- Usou da palavra o **Sr. deputado José Frade (PSD)**, considerando que tinha faltado dizer que a proposta se justificava pela grave questão económica em que a Associação se encontrava. -----

-----Reportando-se ao referido pelo Sr. deputado, o **Sr. Vereador Miguel Grego**, considerou que o mérito dado à AIBAP pela Câmara quando fizeram a proposta, era pelo mérito da mesma e não pela situação económica.-----

-----Não tendo havido mais intervenções, o primeiro secretário da Assembleia Municipal submeteu o assunto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**PONTO SEIS: Aprovação, nos termos do disposto da alínea m) do n.º2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, da renegociação do empréstimo contratualizado pela Associação Incubadora da Beira Atlântico Parque.** -----

-----Autorizado a intervir, usou da palavra o **Sr. Vereador Miguel Grego** dizendo que, na proposta apresentada no referido ponto, estava plasmado o porquê da renegociação



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dos empréstimos contratualizados pela AIBAP. Informou, ainda, que a Câmara Municipal teria que aprovar nos seus dois órgãos (Câmara Municipal e Assembleia Municipal) a referida renegociação, fruto da posição que detém enquanto accionista da AIBAP. Reforçou que o empréstimo não era da Câmara Municipal nem vinculava a mesma, no entanto a Câmara Municipal tinha de o aprovar dado ser accionista maioritário e de referência na Associação. -----

-----Informou ainda que a AIBAP estava “asfixiada”, fruto das condições financeiras em que se encontrava e, por isso, teria sido feito um plano de renegociação da dívida. Explicou que depois de se ter escolhido a entidade bancária de referência que faria o melhor acordo, no caso a Caixa Geral de Depósitos, tinha havido várias vezes renegociação dos termos da reestruturação da dívida, para que fosse por um lado menos onerosa para a AIBAP e, por outro lado, mais dilatada no tempo para permitir a curto prazo que a AIBAP ficasse livre de imediato. Disse ainda que o acordo proposto lhes parecia ser, dentro da conjectura actual da banca, um bom acordo. -----

-----Considerou que, obviamente, a situação não era vantajosa para a Incubadora, pois vantajoso seria não estar nas “mãos” dos bancos e não ter dívida. Mas, dada a situação existente e nesse contexto, a única forma era fazer a reestruturação da dívida, senão teriam dois empréstimos em condições completamente diferentes. Afirmou, por último, que o empréstimo era o possível nos tempos actuais. -----

-----Seguidamente interveio o **Sr. deputado Coquim (PS)** começando por dizer que, segundo lhe parecia, a Câmara seria no mínimo um fiador do referido empréstimo, pois



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

é detentora do capital e o banco está sempre coberto pelo accionista principal que era a Câmara. Questionou portanto que recursos tinha a AIBAP para fazer a amortização do empréstimo. -----

-----Autorizado a intervir, e no sentido de responder à questão colocada, usou da palavra o **Sr. Vereador Miguel Grego**. Explicou que o banco estava coberto, não pelo accionista principal, mas pelo património, clarificando que o património que iria servir de aval sobre o empréstimo era superior ao montante solicitado. Daí que não era o accionista principal que, caso corresse mal, iria entrar com o dinheiro em dívida, mas sim o próprio património a cobrir a dívida. Afirmou ainda que dessa forma, estavam os bens da Autarquia preservados porque a entidade que celebra o contrato do empréstimo tem bens próprios para dar à hipoteca. -----

----- Alertou para o facto da situação económica do país sofrer mutações muito aceleradas nos últimos tempos, o que permitia não perspectivar com clareza aquilo que possa ser a situação de “amanhã”; que a situação económica se teria degradado de tal maneira que a procura de instalações, como as que estavam em causa, quase que teria deixado de existir. Um dos principais factores que se notou ao longo de 2009 teria sido uma grande retracção na procura de espaços por empreendedores, mas não apenas na AIBAP, também em várias actividades como esta. -----

-----Uma segunda questão assentou nos projectos, pois muitas instituições vivem dos projectos que fazem. Infelizmente dos trinta e cinco projectos que teriam sido apresentados somente nove teriam sido aprovados. Mais informou que muitos dos





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

projectos que tinham em curso, taxas de financiamento que deveriam estar a cerca de 70%, 80% e 90% estavam a 5% /6%, dizendo que o dinheiro não entrava. Disse ainda, e com toda a frontalidade, que temia que passados os dois anos, altura em que terminará o período de carência, que a AIBAP esteja numa situação de estrangulamento para pagar aquilo que serão as sua obrigações. Informou ainda, que a Caixa Geral de Depósitos tinha solicitado um plano de sustentabilidade económica a curto prazo, que foi aprovado pela CGD e que estavam a cumprir à risca. Com o referido plano teriam conseguido equilibrar as contas de tesouraria diárias, que seria a primeira vitória, o próximo passo será criar mais-valias na própria AIBAP, mas disse temer, pois existem três fontes básicas de financiamento: primeira - os associados, segunda - espaços de empreendedorismo e terceira – projectos europeus de cooperação. Não via os referidos cenários como “minas de ouro”, considerando que tinham pela frente um grande trabalho. -----

-----Usou da palavra, seguidamente, o **Sr. deputado José Frade (PSD)** que começou por dizer que tinha sido aprovado em Assembleia o aumento de capital e que tinha passado para a Autarquia a grande responsabilidade do capital social da AIBAP, mas que muitos [que nunca antes teriam ocupado o lugar de deputados] não tinham consciência da situação da Associação, questionando portanto, como teriam chegado ao valor em causa, qual era a estrutura da dívida, quais os problemas existentes que teriam levado à referida situação. Considerou que o grupo municipal do PSD entendia que deveria ser esclarecido, independentemente de quem venha a ser julgado ou



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

responsabilizado pela situação que se coloca. Pediu para terem conhecimento relativamente ao plano de recuperação económica a curto e médio prazos, tal como outras coisas mais que sejam feitas, assim como também que teria sido interessante já terem tido conhecimento do plano de viabilidade. -----

-----Considerou ainda que, passados 6 meses, poderiam ter uma taxa altamente significativa, relativamente à taxa aplicada no início do contrato. Disse que, na sua perspectiva, a posição da Câmara sobre a Associação, era uma posição clara e inequívoca de apoio, mas também seria a Câmara, como maior accionista, a poder vir a ter mais problemas. -----

-----Interveio seguidamente o **Sr. deputado José Garrucho (MAR)**, começando por dizer que uma renegociação de um empréstimo, significava uma de duas coisas: ou obter melhores condições ou juntar vários empréstimos num só com regras únicas. Disse que a taxa de juros apresentada (4,291%), estava adequada, mas levantou a questão de porquê renegociar a dívida, se no referido momento era difícil obter uma boa taxa de juro, e porquê não manter os empréstimos anteriores, que não sabiam qual era a taxa de juro, mas que teriam sido com certeza negociados em momentos melhores de mercado financeiro e que imaginava que tivessem melhores taxas de juro. Provavelmente porque isso iria dilatar a dívida ou iria organizá-la de forma diferente e, portanto, a estrutura da dívida seria outra. Disse ainda, que todas as questões precisavam de ser esclarecidas com toda a transparência e pormenor. Os parceiros que estavam invocados na justificação da proposta eram vários; mas, em “boa verdade”, a Autarquia



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

é que estava “com o menino ao colo”. Se não for possível juntar novos parceiros e estimular os que ainda restam, provavelmente a Câmara iria ter de assumir aquilo do que do capital social tem e assumir essa responsabilidade. Mas a dúvida que se lhe levantava era se também aqui iriam ser negociados os fins e a utilização do bem imobiliário, que era a sede, para outras utilidades e, uma vez que a Câmara Municipal quase que era dona em absoluto, será que não iriam transformar a AIBAP numa empresa municipal?-----

-----No sentido de responder às intervenções dos Srs. deputados, usou da palavra o **Sr. Vereador Miguel Grego** começando por se reportar primeiramente à intervenção do Sr. deputado José Garrucho. Afirmou ser pertinente a sua questão de juntar dois empréstimos que teriam sido feitos em 2005 e em boas condições, explicando que um empréstimo de um milhão de euros era para acudir a problemas de tesouraria. Já tinham passado alguns anos e já tinha terminado, e como a AIBAP não tinha capacidade de pagar o que estava a dever, tinham de renegociar a sua dívida de forma a prolongá-la no tempo. Disse que convinha questionar o porquê de um empréstimo de tesouraria, explicando que era preciso pagar a contrapartida nacional da parte da obra não financiada, fora a parte ainda não elegível. E porquê? Porque, disse ter-se andado a brincar com o dinheiro, com números sem ver o que era bom: “*Compra-se um terreno a X, para ficar com mais acções damos-lhe o valor de Y, passamo-lo para Cantanhede ao valor de H, Cantanhede devolve sem lá mexer pelo valor de  $H+Y^2$  e o capital social é de um milhão de euros com um terreno que foi comprado por 50 mil euros*”. Disse que



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

havia números no papel. E dinheiro, acções, entrada de capital onde estava? *“O mesmo património comprado por X estava no capital social por X x 2. Não seria uma obra generosa demais? Cantanhede dar-nos as acções todas e deixar-nos ficar com esta maravilha... Que generosidade... Nessa altura ninguém questionou, mas falou-se por aí... todos falam da Incubadora para colher louros, mas agora ninguém quer saber da Incubadora.”*-----

-----Relativamente à troca de participações, enquadrrou-o, dizendo que seria um mal menor ficar com a AIBAP, porque senão teriam à “perna” tudo o que teriam prometido a Cantanhede, que teria sido aprovado em Assembleia, que era terreno infra-estruturado que não lhe foi dado, sendo essa a grande questão. Porque o terreno que teria sido aprovado para entrar no capital social da ABAP, era terreno infra-estruturado, onde está situada a AIBAP.-----

-----“Onde é que estão as infra-estruturas? Estão lá, mas foram feitas pela AIBAP e são parte desta dívida que aqui está, porque senão nunca mais estava licenciado. É que aquela obra foi visitada por presidentes de Câmara em altura de eleições, nem licença tinha, e quem lá andou a visitar estava na fotografia nos boletins municipais. E nem licença tinha para construção! E vieram governadores civis e directores de economia!”. Mas naquela altura vinha toda a gente visitar. Por acaso no período “quente”, ano de eleições, fizeram-se capas de boletins municipais de uma obra que não estava licenciada, num terreno que não era municipal, que era da Cooperativa Agrícola Mirense e que não estava escriturada, sendo esta a verdade. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O Sr. Vereador fez ainda um longo discurso relativamente aos vários problemas que existiam com aquela Associação, desde legalização de terreno, das obras feitas, entre outros. -----

-----Era óbvio que havia um défice anual grande e que se procurava sanar. O défice anual estava entre todas as despesas e receitas, porque depois o cenário, não é que fosse optimista, era o cenário que quem perspectivou, perspectivou bem naquela altura. Num período de algum dinamismo da economia pensava-se que seria realista, hoje podia dizer-se demasiado optimista de ter aquilo completamente cheio, impensável. Esse cenário perspectivava entrada de receitas, que não entravam, mas manteve-se a estrutura de custos, logo havia um défice. Afirmou ainda que, infelizmente, as contas eram fáceis de fazer. Estava provado, ninguém tinha roubado nada nem enriquecido com nada, ninguém teve gestão danosa propositada. Houve, se calhar, demasiado voluntarismo a aceitar a benesse de Cantanhede de pôr aqui aquilo que no tempo do Dr. João Reigota ele não quis. -----

-----Mas questionou, porque é que a AIBAP passou a ser uma Associação independente da ABAP, porque é que não era aquilo que era para ser, a Incubadora da Associação da Beira Atlântico Parque, parte integrante. Porque é que Cantanhede se quis ver livre e criar uma associação autónoma, considerando importante perceber isto, dizendo não poder explicar porque não pertencia à Câmara na altura, não sabia quais os motivos, mas disse parecer-lhe generosidade a mais. Hoje comprova-o. Nunca teria colocado o assunto na praça pública e o Dr. João Reigota nunca tinha sido contra à Incubadora,



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sendo que quando saiu teria sido para não ter que ser contra a Incubadora, foi para, enquanto Presidente da Câmara, não estar obrigado a fazer algumas das coisas que tinha que fazer. Esse teria sido o maior motivo dele para apoiar a Incubadora e é pena que não tenha sido percebido por isso e é pena que outros, em vez de ajudar o “filho” que criaram, tenham colocado isso num patamar político-partidário e criticado a sua opção. E ele a melhor forma de ter ajudado a incubadora foi não ter respondido, porque se este caso se tornava mais público, pese embora os senhores que “vieram com o capacete” no tempo de eleições visitar a incubadora, soubessem do que se estava a passar, faziam de conta que não sabiam. E se ele tivesse posto a “boca no trombone” para responder às acusações que lhe foram feitas de fugir e de não apoiar a maravilha da natureza que aí estava, teria sido muito pior para a Incubadora. Portanto, no que diz respeito à troca de participações, explicou que não houve aumento de capital, o mesmo foi mantido, o que tinha havido era a troca de participações entre dois accionistas de referência, passando Mira a ter o capital principal na sua posse. A AIBAP não aumentou o seu capital social, a Câmara Municipal como accionista é que aumentou o capital. Julgava que teriam que aumentar o capital social da AIBAP, mas ainda não teria total certeza, ou seja a Câmara um dia teria de fazer na AIBAP um reforço de capital, pois até hoje também tem lá investido muito pouco.-----

-----Informou ainda que a taxa fixa, falando da Euribor, era pior. Informou que os analistas de mercados financeiros defendiam que de momento a taxa fixa era pior,



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

porque a situação não tenderia a piorar, caso contrário corre-se o risco da entrada do FMI. -----

-----O cenário de fechar nem se colocava porque aí ainda era pior, porque se fechar até antes dos 5 anos tem de devolver tudo o que foi financiado, sendo que não passava por pagar o empréstimo, mas sim devolver tudo o que teria sido financiado. -----

-----Alertou ainda que o abandono das empresas na AIBAP era muito inferior à taxa de não sucesso das empresas nas Incubadoras. -----

-----Ainda quis louvar publicamente a postura do Professor Carlos Pascoal Neto que vinha fazendo um trabalho enorme com a Universidade de Aveiro, pois era incansável no sentido de, enquanto não fosse feito o Parque da Ciência em Aveiro, nos próximos três anos, podiam ter um bom satélite da Universidade de Aveiro para as propostas de incubação. -----

----- Informou que relativamente ao plano de viabilidade económica podia dar algumas notas. Teriam feito uma reestruturação operacional, em termos de recursos humanos, tendo passado de uma estrutura de custos de 12 mil euros/mês sensivelmente, para uma de 3 mil euros, sendo um esforço grande, e que lhes teria sido exigido também pela Caixa Geral de Depósitos, no sentido de apresentarem equilíbrio financeiro nas contas a curto prazo. Fizeram também uma reestruturação da dívida com a Caixa Geral de Depósitos e estavam a tentar cativar novos empreendedores de mercados alternativos, não só daqueles para as quais está vocacionada a Incubadora, para que possam ocupar os espaços. Disse ainda que a Câmara teria a intenção de dar a gestão de espaços



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

industriais à AIBAP, o que não podia ser feito agora porque o Pólo II teria sido financiado pelo QREN, logo durante 5 anos teria de ficar na posse exclusiva da Câmara Municipal, não podendo a gestão ser passada para uma terceira entidade.-----

-----Por último, reportou-se à questão do Sr. deputado José Garrucho, se era uma empresa municipal. Explicou que não era uma empresa municipal, por vários motivos: não era assim que estava configurada na lei, porque não era assim que estava configurada em termos de estrutura funcional e porque não tinha administradores altamente bem pagos.-----

-----Deixou ainda o convite a todos os deputados municipais, que de forma organizada quisessem visitar a AIBAP e conhecer a realidade efectiva do que era o presente da Associação, que teria todo o gosto em os acompanhar.-----

----- Não tendo havido mais intervenções, o primeiro secretário da Assembleia Municipal submeteu o assunto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria** com 10 abstenções do MAR e PSD e 11 votos a favor do PS. -----

-----**PONTO SETE: Conhecimento, nos termos da alínea i) do art.º53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, do parecer final, resultante da inspecção ordinária sectorial, realizada ao município de Mira pela IGAL.** -----

----- No sentido de dar alguns esclarecimentos adicionais, o **Sr. deputado Coquim**, na qualidade de 1º secretário da mesa da Assembleia Municipal, começou por dizer que a Assembleia tem o dever de conhecer e tomar posição sobre o relatório definitivo, resultante de acções tutelares; o presente relatório era o final mas ainda não definitivo





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sendo que ainda havia matérias para resolver relacionadas com questões judiciais, e ainda os membros da Assembleia podiam consultar o relatório que não seria para distribuir pelos Srs. deputados. No entanto, a documentação ficou com os serviços da Câmara para ser consultada. -----

----- Seguidamente usou da palavra o **Sr. Vereador Miguel Grego** que, para introduzir o ponto, começou por dizer que tinha havido uma inspecção do IGAL. Em nome do Executivo apelou a que todos lessem o relatório, pois a lei não permitia que o mesmo fosse distribuído. -----

----- Usou da palavra seguidamente o **Sr. deputado Pedro Nunes (PSD)** que disse ter ficado a dúvida relativamente à aquisição de terreno em domínio público municipal por dois munícipes. A construção tinha sido feita legalmente? A Câmara não tinha tido conhecimento prévio dessa situação e a inspecção nunca se tinha apercebido ou partiu isto dessa situação? O que ressaltava era que os serviços de fiscalização não actuavam correctamente, de facto os munícipes tinham que ser condenados por isso. Questionou ainda qual tinha sido a reacção dos munícipes quando confrontados com o facto da apropriação ilegal e se havia boa vontade na devolução ou se iriam partir para uma situação mais complexa. -----

----- Interveio seguidamente o **Sr. deputado José Frade (PSD)** que disse não aceitar e de o fazer pensar o facto de uma pessoa comprar um terreno de 750 metros quadrados e depois faz uma escritura de 1000 metros quadrados. Questionou se era verdade que existiam mais situações iguais à apresentada. Pediu ainda esclarecimentos relativamente



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ao facto do relatório ser datado de 18 de Fevereiro de 2010 e estavam a 20 de Dezembro de 2010 a tomar conhecimento. -----

-----Relativamente ao outro ponto apresentado no relatório, em que era réu o Município de Mira, a primeira questão era se o nome “João Manuel de Jesus Milheirão” não seria antes “João Manuel de Jesus Milheiro”.-----

-----No sentido de esclarecer o equívoco levantado pelo Sr. deputado, interveio o Sr. Calisto Coquim, informando que seria “Milheiro” e não “Milheirão”. -----

-----O **Sr. deputado José Frade** continuou a sua intervenção questionando se não haveria evolução do processo.-----

-----Autorizado a intervir, usou da palavra o **Sr. Vereador Miguel Grego** para dar resposta às questões colocadas anteriormente. Relativamente à questão do *timing* entre Fevereiro em que chegou o referido documento, explicou que tinham prazos para responder de imediato a algumas situações, portanto não poderiam dar conhecimento sem a resposta ter sido elaborada. Havia pontos no relatório que tinham efeitos judiciais externos e, por isso, levaram ao referido atraso na tomada de conhecimento. Relativamente aos munícipes, os mesmos não se assumiam como tendo feito tal acto. Explicou ainda que a questão do Miravillas, judicialmente, não era fácil de se explicar e perceber, era um aldeamento, não um loteamento e como tal não haveria o alvará de cada um dos lotes, o que levava a que essas situações possam ocorrer. A Câmara tinha feito levantamento topográfico de todas as situações e respectivas implantações. Explicou que tinham que actuar em conformidade com a lei, ou seja, para eventuais



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

outros usos abusivos de espaços públicos teriam de ter igual procedimento, que passava por denunciar à entidade competente.-----

-----Informou ainda que não haveria evolução do processo 15/2008, que estava a correr nos trâmites normais. -----

-----Seguidamente, eram cerca de 19:00 horas os trabalhos foram interrompidos para intervalo.-----

----- Retomados os mesmos, o 1º. Secretário **Calisto Coquim (PS)** informou que o deputado Juan António Apolinário tinha enviado uma mensagem a comunicar que estava doente e, por isso, impossibilitado de estar presente, considerando-se a respectiva falta justificada.-----

-----Ao mesmo tempo, comunicou que, a convite do sr. Presidente da Câmara, iria realizar-se um jantar com os elementos da Assembleia Municipal que pudessem estar presentes, no final da sessão, no restaurante “Lar do Forno”, na Praia de Mira, fazendo circular uma lista para inscrição dos interessados. -----

----- **PONTO OITO: “Aprovação, nos termos do disposto na alínea m) do nº. 2 do artº. 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, da alteração do acordo de parceria entre a Câmara Municipal de Mira e a Administração da Região Hidrografia do Centro, I.P..”-----**

-----O assunto foi explicado pelo sr. **Sr. Vereador Miguel Grego** que disse que a ARH iria assumir a totalidade da execução da obra, cabendo à Autarquia o pagamento da contrapartida nacional, isto é, em vez dos cerca de cento e cinquenta mil euros que



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

caberiam à Câmara Municipal pela execução de parte da empreitada que estava protocolada, iria apenas ser assumido o custo de cerca de sessenta mil euros. Abordou ainda a questão da existência ou não de um acesso para pessoas com mobilidade reduzida, assegurando que estavam ainda a decorrer conversações com a ARH no sentido de se conseguir que, mesmo não sendo o local de execução da obra em zona de praia acessível (esta estava definida apenas da Capela para Sul), fosse considerada a possibilidade de existência de um acesso à praia sem escadas, mas sim em rampa. -----

-----Seguiu-se a votação, tendo o assunto sido **aprovado por unanimidade**. -----

----- **PONTO NOVE: “Aprovação, nos termos do disposto no art.º6º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, conjugado com a alínea o) do n.º2 do art.º 53º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na actual redacção, da reestruturação e organização dos serviços da Câmara Municipal de Mira – Estrutura Nuclear”-----**

----- O **Sr. Vereador Miguel Grego** começou por explicar que, basicamente, a reestruturação proposta derivava de uma imposição legal, tendo sido preocupação do Executivo adequar, quanto antes, a estrutura existente à lei vigente. Disse que se tinha recorrido a um modelo hierarquizado, mas flexível no seu funcionamento, em função das atribuições e competências que eram os objectivos estratégicos da Autarquia, tendo procurado sempre orientar para a simplificação e para a racionalização os procedimentos, tendo sido estabelecidas metodologias de trabalho transversais, agregando serviços que partilhem as mesmas necessidades. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O deputado **José Frade (PSD)** questionou se não existiriam mais passos a dar neste procedimento.-----

-----O **Sr. Vereador Miguel Grego** afirmou que este era o primeiro passo de outros que iriam ser dados, em cumprimento do disposto na lei. -----

-----Não tendo havido mais intervenções, seguiu-se a votação, tendo o assunto sido **aprovado por unanimidade.**-----

----- **PONTO DEZ: “Aprovação, nos termos do disposto nos art.º 4º e 5º da Lei n.º12-A/2008, de 27 de Janeiro, na actual redacção, conjugada com a alínea c) do n.º. 2, do art.º 64.º e alínea b) do n.º2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, do orçamento e opções do plano/ Mapa de Pessoal para 2011.”**-----

----- De novo, foi o **Sr. Vereador Miguel Grego** que fez a introdução do assunto, dizendo que não sabia se era melhor fazer um grande discurso sobre o assunto em questão, até porque já eram, logo à partida, conhecidas as posições que iriam ser assumidas por cada bancada, ou vestir as vestes brancas, colocar a corda ao pescoço e deixar que a análise do documento fosse feita por todos. -----

-----Começou por dizer que, embora a crise fosse, por vezes, desculpa para muita coisa, a verdade é que ela existia, assim como era também verdade que as participações do QREN tinham baixa taxa de execução, o que causava entraves financeiros de Tesouraria e tinha implicação nos empréstimos de curto e médio prazo. Também era um facto, e não podia ser escamoteado, que existiam obras do passado que transitavam para anos



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

seguintes e não podiam ser fechadas por terem sido candidatas a fundos comunitários e que tinham implicações naquele orçamento e, por isso, se dizia que o orçamento estava fortemente comprometido com o passado, o que era verdade, mas o que é certo é que a obra existia. Por outro lado, disse que se afirmava que o orçamento não respondia cabalmente ao programa eleitoral e era verdade, sendo impensável colocar no orçamento actual todas as perspectivas que um qualquer programa eleitoral que um qualquer partido candidato apresente, pois apareciam sempre obstáculos que tinham que ser contornados. Por outro lado, disse que era também um facto que aquele orçamento procurava, cada vez mais, ser realista, tendo em conta a situação de crise existente e o decréscimo de cerca de 14% não era apenas uma adequação à realidade, não se podendo ignorar que havia cortes fortíssimos da parte do FEF e que os impostos directos iriam baixar, fruto da crise, da falta de construção, menos loteamentos, etc.. Disse também que havia uma possibilidade de se conseguir mais receita, através da alienação de património. No entanto, na presente época de crise, não lhe parecia a melhor opção, porquanto não iriam surgir compradores que estivessem dispostos a pagar o justo valor dos bens e isso seria delapidar património, o que não se lhe afigurava correcto, pelo que a rubrica apenas estava aberta para a eventualidade de ser necessário recorrer-se à venda de bens patrimoniais. Acrescentou que só a venda da Zona B seria suficiente para equilibrar a dívida, no entanto não era agora a melhor altura para vender. Disse também que era intenção do Executivo não fazer uma gestão danosa em que, para fazer agora obra, comprometer-se-ia o futuro do concelho.-----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Finalizou, dizendo que aquele não era o orçamento que se queria apresentar, era um orçamento difícil e tinha sido de difícil negociação entre as partes, mesmo internamente, mas tinha a consciência que era aquele que poderia dar melhores resultados, que cumpria as normas técnicas, que tinha um cariz marcadamente político, em que as opções tinham sido tomadas, algumas delas no passado, tinham que ser tidas em conta e deveria também ser tido em conta que se tratava de um documento que podia ser sujeito a revisão e que algumas das rubricas ficavam abertas apenas para perspectivar novos caminhos. -----

-----O 1.º Secretário **Calisto Coquim (PS)** interveio para dizer que havia aspectos positivos naquele orçamento, desde logo o facto de assumir que os tempos eram difíceis e convinha baixar as expectativas; que as perspectivas de aumento das receitas de capital provenientes da venda dos terrenos dos armazéns e dos terrenos destinados ao golfe, continuavam apenas a ser boas expectativas, desde logo porque, designadamente no tocante ao golfe, não seria ainda no decorrer do presente orçamento que ele iria ser uma realidade, dada a situação económica que o país atravessava. Realçou o facto de se ter baixado em termos de despesas correntes, sobretudo com pessoal que, mesmo não sendo um valor muito significativo, era sempre um sinal que era dado em tempos de dificuldades e de cortes orçamentais. Reportou-se também o facto da verba proveniente da receita do Parque de Campismo ser mantida a mesma que no ano anterior, não tendo sido considerada a receita que poderá advir dos bungallows que, estando em fase de



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

acabamento, poderão gerar alguma receita, não estando a mesma reflectida no orçamento. -----

-----Seguiu-se a intervenção do deputado **José Garrucho (MAR)** que começou por dizer que gostava muito de metáforas, mas não tinha gostado da metáfora que o sr. Vereador Miguel ali tinha referido. Não tinha gostado que tivesse referido que estava de branco com a corda ao pescoço, pois achava que a Câmara não tinha que vir à Assembleia apresentar-se dessa forma, pois não era virgem, nem imaculada, esperava-se antes que fosse competente, determinada nas suas opções políticas e que cumprisse o seu programa e não se apresentasse daquela forma para que tivessem pena dela ou lhe perdoassem alguma coisa, até porque não estava condenada e até tinha ali uma maioria confortável que lhe garantia a aprovação do documento. Afirmou que a crise, de facto, existia, mas ela era apenas a afirmação de que aquilo que tinha sido feito até ao momento, não tinha sido bem feito, caso contrário, tinha-se evitado a crise e cada vez que cada um se sentava numa poltrona a deixar passar o tempo estava a construir uma crise, por isso, todos tinham o dever de ser diligentes, estar atentos aos sinais do tempo e responder, no momento, a todos esses sinais, sendo esta a única maneira de evitar a crise.-----

-----Relativamente ao orçamento apresentado, disse que o mesmo não era ainda uma resposta à crise que se havia de seguir. Disse que, em boa verdade, desconhecia-se a sua dimensão, tinha começado por uma crise financeira, tinha descido à economia e estava agora na parte social e era aqui que ela tinha que ser enfrentada, não apenas os





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estilhaços que ela iria produzir, mas sobretudo engendrar as soluções para se sair da crise, mais fortes, mais capazes e mais coesos. Disse que era importante existirem estruturas de desenvolvimento e uma resposta de proximidade às populações, estar junto delas para verificar no terreno o que era necessário fazer, para que as soluções pudessem acontecer. Deu, depois, o exemplo de uma cidade junto dos Alpes Franceses, Grenoble que, na sequência da 2ª. Guerra Mundial, como tantas outras cidades Francesas, tinha sido sujeita a projectos de reestruturação, planos de urbanização e desenvolvimento local, em que todos se tinham unido e trabalhado em conjunto e desenvolvido uma série de iniciativas, entre as quais, a eliminação de todas as barreiras arquitectónicas. Aquela decisão tinha contribuído, em muito, para que aquela cidade, a pouco e pouco, se fosse equipando, com todos os recursos necessários, desde logo à recuperação daqueles que tinham sofrido acidentes que os tinham diminuído fisicamente. Tal decisão tinha feito com que aquela cidade e aquela região se desenvolvessem, por via da deslocação de muitas das famílias que ali se instalaram, surgindo empresas de recuperação, fisioterapia, hospitais, etc., passando aquela mais-valia a ser o elemento fundamental de desenvolvimento daquela comunidade, para além, obviamente, das questões de turismo. Concluiu que, por vezes, a desgraça traz o desafio que permite construir a sorte e era isso que todos gostariam de ver. -----

-----A finalizar a sua intervenção, disse que gostaria de deixar um desafio ao Executivo, que era interessante e gostaria de ver debatido naquele Órgão, através de sessões temáticas, as diferentes visões dos grupos partidários ali representados sobre os



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

problemas da comunidade, esperando que a Mesa considerasse como um dos eixos do desenvolvimento, o turismo e a eliminação completa das barreiras arquitectónicas. Deixou ainda uma sugestão, no sentido da discussão do orçamento poder ser, não o último ponto da ordem de trabalhos, mas sim o primeiro ponto. -----

-----O deputado **José Frade (PSD)** interveio para fazer uma apreciação ao orçamento, referindo, designadamente, que algumas das opções tomadas para 2011 tinham por base opções já tomadas no ano de 2010, bem como o que já existia no terreno e era preciso acabar. Disse que não existia dúvida nenhuma de que era necessário prever na receita a verba respeitante ao golfe e à venda dos terrenos dos armazéns, para efeitos de cabimentação orçamental da despesa, que era concreta, e que a verba já constava do orçamento de 2010 e continuava a constar, certamente não com o espírito de alienação, mas sim para efeitos de cabimentação da despesa. Salientou que estava claramente assumido no orçamento que o mesmo seria o concretizar de algumas obras já iniciadas anteriormente, assim como o próprio relatório referia dois objectivos claros, por um lado, adaptar a realidade sócio-económica da Autarquia, pautando-se pela transparência e por outro as dificuldades em prosseguir os investimentos necessários ao desenvolvimento integrado do concelho, assumindo-se, com clara contradição, que a grande questão do orçamento são as obras já iniciadas e as dificuldades para novos investimentos, sendo uma assunção clara de que aquele orçamento é sobretudo um orçamento de continuidade, apresentando-se pouco inovador. Frisou ainda a questão do aumento das despesas correntes, no âmbito da Acção Social, dos gastos com gestão,



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

conservação e manutenção de diversos equipamentos existentes que reduziram de forma significativa a possibilidade de novos investimentos, assim era referido no respectivo relatório. Disse que achava bem que os compromissos assumidos fossem cumpridos, mas lembrava o que tinha acontecido ao longo do ano de 2010, assim como o disparar constante da dívida, embora com alguma redução na parte final, sendo preocupante. Afirmou que existiam ainda alguns gastos que poderiam ser considerados supérfluos e que o orçamento não tinha acautelado, desde logo, no âmbito dos gastos com gestão. Evidenciou alguns comentários constantes da conclusão do documento, designadamente, a afirmação de que Mira era hoje uma referência nacional, achando que tal afirmação era demasiado optimista e que Mira tinha até deixado de ser referência regional em algumas situações. Também a afirmação de que a gestão irá pautar-se pelo rigor e pela contenção, lhe merecia uma observação, no sentido de dizer que, nos relatórios dos próximos anos não se continuasse a ver o mesmo que até aqui. -----

-----Terminou, dizendo que aquele nunca seria o orçamento da sua bancada e desafiava todos para parar um pouco, pensar e inverter algum rumo, enquanto era tempo, e não criar uma situação de hipotecar o concelho e as futuras gerações, antes deveria ser dado algum rumo às opções feitas relativamente a algumas mais-valias, designadamente no tocante a emprego e algumas áreas de investimento que lhe parecia que não estavam contempladas naquele orçamento e, por isso, manifestou a sua dissonância com as verbas previstas e as opções criadas para 2011. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Seguiu-se a intervenção do deputado **Paulo Grego (PS)** que, em nome da sua bancada, deu os parabéns ao Executivo pelo orçamento apresentado, pautado pelo realismo e, sobretudo, pela capacidade e engenho demonstrados para dar a volta às necessidades e, sem baixar os braços, colocar no papel, quer no orçamento, quer nas grandes opções do plano o que de facto se podia fazer. Mais disse que era da mais limiar justiça dar ao Executivo o instrumento de trabalho necessário ao seu desempenho no ano de 2011. Enalteceu a taxa de execução do corrente ano que, embora não fosse satisfatória, era muito acima da dos anos anteriores, assim como também da taxa de execução orçamental apresentada por alguns concelhos vizinhos. Disse que era de todos sabido que o Executivo estava apoiado por uma bancada maioritária, o Povo assim o tinha decidido, mas gostaria de, um dia, ver o orçamento apoiado por mais elementos, além da bancada que o sustenta e aí, sim, passaria a ser o orçamento de todos. -----

-----Para terminar, e pegando nas palavras proferidas pelo deputado José Frade, de que aquele nunca seria o orçamento da bancada do PSD, assentiu que assim era de facto, porquanto era muito bom para ser feito por quem defendia ideias como as que tinham sido ali demonstradas. -----

-----O **Sr. Vereador Miguel Grego** usou da palavra e disse que concordava, em parte, com a intervenção do deputado José Garrucho, no entanto aconselhava-o a reler a história do Egas Moniz, porquanto ele estava de branco com a corda ao pescoço, não por ser virgem ou imaculado, mas sim porque se tinha apresentado para pagar os erros de outros que os tinham feito e quando se tinha reportado àquela metáfora, tinha sido no



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sentido de dizer que estavam a arcar com as responsabilidades de outros que tinham cometido os erros e não os tinham assumido. Com tudo isto, disse, pretendia assumir a responsabilidade e não fugir a ela e se tinha sido eleito para governar o concelho, estava ali para responder pelo Executivo, pelo presente e pelo passado, por aquilo que era local, regional e nacional. -----

-----No tocante à crise social, disse que concordava com as palavras do deputado José Garrucho. No entanto, para a ultrapassar também era preciso muito dinheiro e mais do que isso, era também necessária uma alteração de mentalidades. Disse ainda que a crise social era mais agudizada pelo facto das pessoas não se terem ainda consciencializado da mesma e continuarem a falseá-la, vivendo numa aparente realidade, o que era deveras preocupante e carecia de um trabalho grande de mentalização das pessoas para a verdade da situação, para as dificuldades que irão encontrar e para a necessidade de, todos em conjunto, ultrapassarem as dificuldades, à semelhança do que tinha sido feito em Grenoble, trabalhando em conjunto, de mãos dadas e não todos juntos dizerem mal uns dos outros, discutindo um muro de lamentações na pastelaria, sem apresentar uma opção viável. Pior que isso, dizer ali que o orçamento era demasiado empolado e lá fora dizer que não era feito o que tinha sido prometido, como o campo do Touring, do Seixo, etc.; que, o que não podia acontecer era hoje estarem a apelar a uma outra realidade, baixando o orçamento e, no futuro, responsabilizar o Executivo pelo que não constava em orçamento, exclusivamente, para os penalizar politicamente. Disse que, até ao momento, tinha registado muito poucas propostas, excluía aquela referida pelo



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

deputado José Garrucho, de uma aposta mais forte no turismo, com a qual estava de acordo, pese embora a requalificação turística de um concelho também exigisse muito investimento, apesar das condições naturais já existentes. Acrescentou que, também para aquela área, era necessário aquele orçamento, pois era também necessária uma requalificação através do Programa Polis, na grande aposta turística do concelho, a Praia de Mira. Abordou ainda a dificuldade de intervenção numa extensa área que ainda não estava devidamente explorada que era a floresta, assim como o espaço da Rede Natura e também a necessidade de acompanhamento, sobretudo com técnicos, da crise envergonhada que se começava a fazer sentir e que iria ter reflexos dentro de poucos meses, quando os ordenados comesçassem a baixar e as pessoas a quererem manter o mesmo nível de vida e a aparência do nível que tinham anteriormente. -----

-----Continuou, dizendo que todos deveriam dar as mãos, trabalhar em conjunto, à semelhança de Grenoble e se não se queria fazer nada, pelo menos que não se dissesse mal, que não se partisse somente para o assalto ao poder, sendo este para si o principal problema, a desmotivação que era criada, com a constante desinformação que só servia para potenciar a crise. -----

-----Quanto às verbas do campo de golfe e dos armazéns, disse que as mesmas tinham que ser mantidas para assegurar a execução de algumas obras, embora reconhecesse que era um ano difícil para se proceder à sua alienação. -----

-----Sobre a questão a que aludiu o deputado José Frade, de Mira ter deixado de ser uma referência regional, disse que não percebia em que é que Mira tinha sido uma referência



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

regional e tinha deixado de o ser, afirmando até que Mira era uma referência nacional, desde logo por ser a única praia com bandeira azul desde há 25 anos, por ser a capital mundial da aquicultura de pregado, a capital da Gândara, a capital da columbofilia, o concelho mais representado, no sector da hortofloricultura na feira de Santarém, assim como também era o concelho que tinha mais companhas na pesca das artes, por isso boas referências não faltavam e todos se deviam orgulhar disso.-----

-----No que respeita à necessidade de se reduzirem as despesas correntes, disse que uma das soluções era acabar com o protocolo com o Ministério da Educação, mas isso iria implicar o encerramento de algumas escolas, o funcionamento de outras sem funcionários de apoio, etc. e, certamente o grupo parlamentar do PSD não iria querer essa situação, até porque o concelho ficaria tremendamente prejudicado, a nível da Educação se não fosse dada continuidade ao protocolo celebrado.-----

-----Falou na execução de obras estratégicas e de primeira necessidade, como era o caso do saneamento, da remodelação do Pólo Educativo da Praia de Mira, assim como a execução do projecto para a escola nos Carapelhos, em detrimento de outras menos prioritárias e que eram motivo de críticas nos jornais por não estarem ainda executadas, como era o caso do campo do Touring e do campo do Seixo.-----

-----Explicou que, de facto, o orçamento passava de um ano para o outro e isso tinha uma razão simples, é que se tratava de um plano plurianual e afirmou que aquele orçamento tinha um carácter potenciador enorme, pois se se ia investir cerca de 20% no Polis, cerca de 30% no Clube Náutico e cerca de 30% no Pólo Educativo da Praia, tal



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

como no saneamento, a restante percentagem viria do Estado, tendo sido assumida a execução das obras consoante os financiamentos obtidos, estando aquela linha orientadora bem patente no orçamento. Realçou ainda que era evidente no orçamento que se tratava de obras que faziam parte de planos de investimento estratégico e nenhuma delas tinha ali sido questionada por não ser considerada uma obra prioritária, ou por ser nesta ou naquela freguesia, o que era um bom sinal e significava que todos compreendiam que o mapa concelhio ia sendo preenchido com os vários equipamentos e a vez de todos havia de chegar, como já estava definido nas várias cartas existentes, a educativa, a desportiva, etc. -----

-----O deputado **José Frade (PSD)** interveio e disse que não lhe parecia muito bem que fosse ali afirmado pelo Vereador Miguel Grego que a bancada do PSD estivesse interessada no assalto ao poder, porquanto nunca os deputados do Partido Social Democrata tinham feito nenhuma acção que se pudesse dizer que era de intenção de assalto ao poder, até porque este era feito na altura própria, através de eleições democráticas, não lhe parecendo bem que sistematicamente isso estivesse a ser dito, parecendo-lhe aquela uma maneira de tentar algo mais que não era perceptível; que, o facto de nem sempre estarem de acordo, não significava que houvesse qualquer intenção de assalto ao poder, nem reconhecia que houvesse ali alguma falta de democracia da parte do grupo municipal do PSD nas suas intervenções, não achando bem que estivessem sempre a ser mencionados os erros do passado, cometidos por pessoas que já ali não estavam e dos quais não eram sucessores, nem defendiam essa mentalidade. -----





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Na resposta, o **Sr. Vereador Miguel Grego** disse que não se recordava de ter usado essa expressão, a não ser naquela sessão e sabia bem porque a tinha utilizado e para quem a tinha dito, sentindo que, em algumas das posições públicas, tem havido extemporaneidade na forma como se tem procurado atacar o Executivo. Disse que a bancada do PSD tem demonstrado ter pessoas de muito nível e com intervenções muito presentes e, tanto assim era, que até já tinha havido opções de voto diferentes dentro da própria bancada, pelo que não se devia confundir as coisas. Pediu desculpa se tinha ofendido alguém com aquela expressão. -----

-----Seguiu-se a votação do documento, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria**, com 12 votos a favor dos deputados do Partido Socialista e do deputado do PSD Albano Lourenço, duas abstenções, dos deputados do MAR e sete votos contra dos restantes deputados do PSD. -----

-----**Declarações de voto:**-----

-----O deputado **Albano Lourenço (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia do Seixo, apresentou a seguinte declaração de voto:-----

-----*“Depois de analisada a proposta de plano e orçamento para 2011 da Câmara Municipal de Mira, eu, como Presidente da Junta de Freguesia do Seixo, votei a favor da sua aprovação, tendo em conta o seguinte: o saneamento básico é, na sociedade de hoje, uma infra-estrutura essencial para qualquer localidade. Tendo a Câmara Municipal de Mira decidido contemplar na sua proposta de orçamento rubricas que permitem a execução do mesmo no Seixo, a Junta de Freguesia não poderia nunca*



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*votar contra aquilo que ambiciona há muito para a sua terra. Esperemos que os números passem do papel à acção e que em 2011 se concretize, efectivamente, aquilo que está estipulado neste plano e orçamento. Apesar do meu voto a favor, não posso deixar de notar a ausência de algumas rubricas neste documento, tais como: o piso sintético no campo de futebol de onze, a continuação da pista ciclo-pedonal para a freguesia do Seixo. É certo que trata-se do segundo ano de governação deste mandato, pelo que certamente no próximo plano e orçamento serão contemplados.”-----*

*-----Também o deputado **Paulo Grego (PS)** declarou o seguinte: -----*

*-----“Este orçamento é o espelho do que mais essencial ressalta das linhas de orientação estratégica definida para o concelho e que estão integradas no plano territorial da CIM-Baixo Mondego. Este orçamento que agora se aprovou, deriva de vários condicionalismos do qual se destaca como principal o QREN 2007/2013 e que só agora começa a apresentar os primeiros frutos na sua efectiva concretização e cujas regras têm estado em permanente mutação, criando desta forma alguns atrasos no recebimento das contrapartidas contratualizadas. Sem dúvida que este ano será marcado pela crise e ela ir-se-à concretizar de forma mais bem vincada pelos cortes nas transferências financeiras por parte do Estado para a Câmara Municipal. Este documento será não só o concretizar de algumas obras iniciadas anteriormente mas também o lançamento de vários alicerces para outras obras que são levadas a cabo num futuro próximo, esperamos nós. Este orçamento, como são todos os documentos previsionais e como já aqui foi referido, é o reflexo de uma multiplicidade de factores*



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*condicionantes de toda a acção do Executivo Municipal, sendo sempre e mais uma vez a afirmação da vontade de querer fazer ainda mais pelo futuro do concelho, pese embora nunca esquecendo o realismo, a frontalidade, a clareza e o rigor que tem pautado este Executivo, ao longo dos anos. As políticas desenvolvidas, reflectem a importância do desenvolvimento económico da região, ao mesmo tempo que demonstram atenção às políticas sociais, sempre com o propósito de melhorar a qualidade de vida de todos nós, dos Mirenses aqui representados. Pese embora a Câmara tenha a definição clara de um rumo e de uma estratégia para o concelho, nem sempre é possível colocar de forma cabal no terreno todas as acções que certamente desejaríamos, contudo, este orçamento é a prova que nem o clima de crise generalizada faz baixar os braços na procura de encontrar soluções para responder aos problemas dos Mirenses. É claro neste orçamento que se reafirma a necessidade de privilegiar uma comunidade activa, potenciando os seus agentes em áreas como a acção social, a cultura, o ambiente e o desporto, campos onde o movimento associativo, como várias vezes aqui já foi referido, contribuem extraordinariamente para a melhoria da qualidade de vida das populações do concelho de Mira. Com este orçamento, fica claro que a Câmara Municipal está empenhada em não defraudar as expectativas criadas. Essa mesma Câmara deseja cumprir os compromissos a que se propôs, apesar de todos os condicionalismos que são evidentes e não podem ser escamoteados. Este Executivo quer continuar a honrar e respeitar os compromissos assumidos com os Mirenses, apesar de todas as dificuldades. Com este orçamento realista e de rigor, o Executivo*



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Municipal mostra que continua confiante na capacidade de gestão e de realização, apesar de todos os constrangimentos próprios da Administração Local, que resultam da época de recessão que o país vive e que condiciona, naturalmente, os investimentos a realizar. De qualquer forma, este orçamento deixa claro que a gestão municipal tem que continuar a pautar-se, como até aqui tem sido, pelo rigor e eficácia na gestão financeira”.* -----

-----O deputado **José Garrucho (MAR)** declarou que a sua bancada não tinha votado contra por considerar que o Executivo precisava de um instrumento de gestão, tinha capacidade para o fazer e tecnicamente não era incorrecto, por isso se tinham absterido, porque não lhes parecia ser um orçamento que respondesse à crise e, por outro lado, também não se via no orçamento uma promoção no desenvolvimento, uma distribuição das obras e do investimento de forma a um desenvolvimento equilibrado do concelho.--

-----O deputado **José Frade (PSD)** declarou o seguinte: -----

-----“Os deputados do Grupo Municipal do Partido Social Democrata que votaram contra este Plano, Opções e Orçamento para 2011 apresentam a sua declaração de voto fundamentada nos seguintes pressupostos: -----

-----Este é um deficiente Orçamento, corolário de políticas erradas e opções desastradas nos últimos anos; -----

-----É deficiente para o concelho ao apresentar um decréscimo de 22,36% ( 2 630 713,00 €) nas despesas de capital com um suporte na diminuição no investimento na ordem dos 27,65% ( 2 905 364,00€); -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----*Demonstra que o comportamento previsto para as despesas correntes do município e comparando com o previsto para o orçamento municipal em curso, regista-se uma diminuição insuficiente para inverter a trajectória de crescimento destas despesas de anos anteriores;* -----

----- *Tendo em conta a exigência de rigor imposta pela inevitabilidade da consolidação das contas públicas, decorrentes do PEC e dos compromissos assumidos com a União Europeia, devia resultar um esforço de contenção e de disciplina de alguns gastos públicos supérfluos a que o Executivo foi alheio;*-----

----- *Nestes documentos não se apresentam quaisquer oportunidades credíveis de crescimento, desenvolvimento ou melhoria da qualidade de vida dos nossos munícipes;*

-----*Esta é uma proposta de orçamento que, uma vez mais, apresenta receitas através de mais taxas e já anteriores anunciadas vendas de património no sentido de apenas darem cabimento orçamental aos compromissos já anteriormente assumidos;*-----

-----*Este orçamento volta a ser um conjunto de fragilidades que terão inevitavelmente grandes repercussões negativas na actividade municipal.* -----

-----*Este é um tempo de particular exigência, estamos bem conscientes disso, não o escondemos.*-----

-----*Mas, estas não seriam, com certeza, as Grandes Opções e o Orçamento do Partido Social Democrata.* -----

-----*Seríamos mais exigentes na contenção da despesa, seríamos mais criteriosos na aplicação das verbas contribuindo para o desenvolvimento da economia do concelho,*



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*um acentuado esforço na criação de emprego e na atracção de investimento, seríamos mais solidários no reforço da coesão social do concelho. -----*

*----Este Orçamento do Partido Socialista continua a trajectória de um contínuo comprometimento da situação económico-financeira do concelho. -----*

*-----A falta de verdadeiras prioridades e estratégias para o futuro com vista ao crescimento económico, criação de emprego, aposta no turismo, entre outras, não vislumbram qualquer reforço da afirmação regional que o nosso concelho necessita. ---*

*-----A aprovação deste Plano e Orçamento pelo Deputados do Partido Socialista compromete-os, claramente, uma vez mais, com a gestão seguida pelo Executivo bem como futuros responsáveis pelo fracasso da sua execução.” -----*

*----- Terminada a agenda de trabalhos da sessão, foi solicitada, pelo **1º. Secretário da Mesa da Assembleia**, autorização ao plenário para assinatura em minuta da acta respectiva, tendo a mesma sido concedida por unanimidade. -----*

*-----Antes do fecho dos trabalhos, o sr. Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que tinha transmitido as mensagens de boas festas endereçadas pela Assembleia Municipal aos idosos do concelho. Depois, agradeceu a aprovação do orçamento, pela forma democrática como tinha decorrido a discussão, realçando os contributos dados e lamentando que o documento não tivesse sido aprovado com mais votos a favor, aventando que existiam razões, para além do orçamento, para que tais coisas acontecessem, o que lamentava. -----*



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Por último, realçou o trabalho levado a efeito por todos os elementos do Executivo, enaltecendo o espírito de equipa e de coesão entre todos e, em nome de todo o Executivo, desejou a todos boas festas e feliz ano de 2011. -----

-----O 1º. Secretário Calisto Coquim fez também um breve discurso, aludindo ao ano que estava a terminar, recordando que tinha sido um ano passado com alegria, embora com alguns momentos de tristeza também, recordando naquele momento o saudoso deputado Paulo Reigota. Disse que tinha sido um ano encarado de forma positiva e assim deveria também ser encarado o futuro, sobretudo tendo em vista a cooperação entre todos que deveria ser mantida. Desejou a todos votos de um Santo Natal e um Feliz Ano Novo.-----

**-----ENCERRAMENTO:-----**

-----E não havendo mais nada a tratar, pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal foi declarada encerrada a sessão, sendo vinte horas e trinta minutos, da qual para constar, se lavrou a presente acta, em que as respectivas deliberações foram todas tomadas conforme se refere no texto e aprovadas em minuta, assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do artº. 92.º da Lei 169/99, de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro.-----

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_